

NAÇÕES E O ROMANTISMO ● Cilaine Alves Cunha

Professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da USP

Ricupero, Bernardo - O ROMANTISMO E A IDÉIA DE NAÇÃO NO BRASIL.
(Martins Fontes, 2006) 287 páginas.

Na cultura brasileira, a prioridade concedida ao modernismo relegou o aprofundamento da discussão sobre os outros períodos a um segundo plano. No caso do romantismo, tal desprestígio caminha na direção contrária à sua atual revivescência na Europa, propiciada pela pós-modernidade. Nesse cenário, *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)* deve ser saudado. Recuperando os vínculos entre as diversas áreas do pensamento oitocentista, o livro se afasta do estudo monográfico, centrado na leitura de uma única obra ou escritor, para se alinhar a uma abordagem que privilegia os pontos comuns da política com a historiografia e a literatura.

Para compreender como e que conceito de nação foi desenvolvido especialmente no Brasil e na Argentina, Bernardo Ricupero aborda as principais teorias sobre o assunto, criadas desde a antevéspera da Revolução Francesa: de J. J. Rousseau, J. H. Herder e J. C. Fichte, passa por Ernest Renan e Josef Stálin até os contemporâneos Reinhard Bendix, Anthony Giddens, Charles Tilly, Ernst Gellner, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson. Fundamental para o século XIX, o acompanhamento dos dois modos distintos com que franceses e alemães compreendiam a nação – quer como artefato ou como formação espontânea – permite ao autor estabelecer as suas próprias diretrizes.

O nacionalismo da França revolucionária funda suas bases no princípio rousseauiano de “contrato social”. Aí, seu sentido democrático não

deriva de critérios como a etnicidade, a língua, um território delimitado por fronteiras circunscritas etc. Seu conteúdo é essencialmente político, tomando a nação como entidade una e indivisível, expressão do corpo dos cidadãos num Estado soberano concebido para legislar de acordo com o interesse de todos, diretamente representados. Na Alemanha do final do século XVIII, empobrecida e dividida em diversos principados e ducados autônomos, Herder lidera o movimento contra a colonização intelectual da nobreza pela ilustração francesa. Aveso aos princípios universais do Iluminismo, confere especial destaque à particularidade e à diversidade de cada cultura, cujos traços, segundo ele, se manifestam, em conjunto, na marcha progressiva, intelectual e moral, da humanidade.

O paulatino controle dos rumos da revolução pela burguesia, no entanto, transmuta, conforme Hobsbawm, o sentido inicial do nacionalismo europeu. Com a expansão mundial do moderno regime de acumulação capitalista, as elites políticas e econômicas passam a dominar o Estado, dedicando-se a criar um consentimento em torno de sua hegemonia. Já detendo o monopólio da força, procuram introduzir, na cultura, uma familiaridade com a entidade “povo” e formar os laços entre ele e a nação, por meio da criação de símbolos nacionais ou mesmo da oficialização da língua comum. A organização dos habitantes reunidos no interior de fronteiras estabelecidas em cidadãos da nação permite que seus sentimentos e afetos possam ser canalizados para a obediência quer ao sistema jurídico nacionalmente instituído, quer aos princípios reguladores do mercado.

Diante disso, Ricupero propõe que a nação brasileira não resulta de um passado imemorial, mas de um conjunto de tradições inventadas pelos agentes letrados e políticos reunidos em torno do Estado, quando as rebeliões regenciais já haviam sido controladas. Produziu-se, aqui, uma imagem da nação adequada para legitimar, na cultura, a figura do dirigente central, favorecendo ainda que a exigência de unidade nacional amainasse os conflitos antagônicos das elites segregadas em suas províncias. Instituiu-se, com isso, a hegemonia do bloco conservador formado pelos senhores do café e do açúcar, os representantes da burocracia estamental e os traficantes de escravos.

Ao se debruçar sobre a tarefa de criar o sentimento de pertencimento à nação, Ricupero apóia-se em Hobsbawm, para quem esse sentimento desenvolveu-se inicialmente na cultura, foi retomado em seguida por um conjunto de militantes políticos até finalmente ganhar sustentação de massa. Como no Brasil e em boa parte da América Latina o nacionalismo foi instituído de cima para baixo, Ricupero inverte os termos da equação propondo que aqui ele apresentou, de início, um caráter essencialmente político, voltado para “criar na região instituições que desempenhassem as funções atribuídas ao Estado”. Já num segundo momento, seu traço cultural corresponderia à tentativa de fazer com que os habitantes se identificassem com a nação até se propagar, a partir de 1870, para o conjunto da população.

Assim, as revistas literárias da década de 1830 ainda dialogam com os conflitos que levaram à abdicação de D. Pedro I e com a revolta local contra

o controle do comércio pelos portugueses. O caráter mais liberal dos artigos da *Niterói* (1836), marco oficial do romantismo, pode ser observado no desejo de desenvolver no país o capitalismo industrial, com a exigência não muito peremptória de fim da escravidão e na pronta recusa do legado português. Sem jamais romper com sua formação neoclássica, Gonçalves de Magalhães, apropriando-se, pela via francesa, do princípio orgânico de evolução das nações, localiza as origens da consciência nacional num período anterior à invasão. Esse anacronismo e sua explícita lusofobia objetiva afirmar a independência e a particularidade local contra uma possível ameaça de retorno do domínio dos portugueses.

A criação, em 1838, do IHGB, quando já se antevia a possibilidade de decretar a maioria, desencadeia, segundo Ricupero, uma remodelação dessa primeira pauta nacionalista. Afirmando-se, aos poucos, como espaço unificador das elites dominantes, essa agremiação contou, entre a maioria absoluta de seus membros, com a participação de representantes da elite política e econômica e posteriormente com D. Pedro II. Na produção desses intelectuais, observa-se um recuo do sentimento antilusitano e a incorporação positiva do passado colonial. O incentivo aos estudos genealógicos da família portuguesa pode inclusive garantir não apenas uma boa convivência com o monarca, mas, sobretudo, a força de “uma elite cultural longamente estabelecida”.

Nos idos de 1840, Karl von Martius traça o plano de uma narrativa que desse conta da história do país. Nele, a glorificação da cultura indígena cede lugar ao mito da convivência harmoniosa entre as raças, ainda que se afirme a improvável supremacia do sangue branco. Pressupondo e recuando a consciência nacional à guerra contra a invasão holandesa, quando o americano, o africano e o português teriam se unido contra o inimigo comum, Francisco A. Varnhagen traduz, em chave historiográfica, o anseio monárquico voltado para conter as demandas abolicionistas e republicanas.

Mesmo em Gonçalves Dias, visto por Ricupero como um caso à parte, é possível observar essa reformulação do indianismo. Em sua obra, a defesa do abolicionismo, antes de se alçar a cargo público, transforma-se posteriormente na tese de formação da raça brasileira apenas pela via mameluca. Já no interior da obra de José de Alencar, sua peculiar compreensão da miscigenação desloca para o aborígine uma suposta servidão espontânea entendida como um sacrifício pela nação.

Em que pese a sofisticada teoria do nacionalismo manejada por Ricupero, o ponto frágil do livro reside na compreensão de que a história da literatura brasileira, iniciada na década de 1830, completa a sua “formação” apenas por volta de 1870, o que destoa daquela teoria. Com isso, essa história se transforma numa essência, vista como um processo natural de crescimento, amadurecimento e fenecimento, não como produto simbólico, resultado também ela de técnicas e artifícios.

Nessa teleologia, o critério de sua “evolução” é fornecido pela absorção, na literatura, da crítica às desigualdades sociais, à monarquia e à escravidão, com o ponto de chegada determinado pelo advento do realismo. Para comprovar o princípio, Ricupero toma a vertente indianista como sinônimo de todo o romantismo. Deriva daí a afirmação de que a totalidade dos escritores do período tenha sido simpática ao moderno sistema de produção de mercadorias, mas adotando uma postura resignada diante da escravidão. Com o cânone assim estabelecido, é natural que fiquem de lado o nacionalismo cosmopolita e as reações contrárias ao regime monárquico e ao capitalismo (Álvares de Azevedo e o jovem Bernardo Guimarães), como também à escravidão (Manuel Antônio de Almeida, Sousândrade e Luiz Gama). ✨